



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VII - Nº 110 - 1ª QUINZENA DE MAIO DE 1996 - R\$ 1,00

**Para responder ao massacre e defender as ocupações:  
Nada de pacifismo! Os assassinatos de Eldorado de  
Carajás são um crime de classe dos latifundiários  
contra os trabalhadores rurais!**

**Os assassinos nunca vão julgar a si mesmos! Nenhum  
tribunal, nem governo, nem parlamento vão  
condenar-se!**

**Somente as massas podem julgar e punir a burguesia  
reacionária! Construamos um autêntico Tribunal  
Popular, a partir da eleição de delegados nas  
assembléias operárias, camponesas, populares,  
estudantis, que rejeite toda ingerência da burguesia,  
do governo, da justiça manipulada, do parlamento  
corrupto, e faça a apuração e julgamento dos  
responsáveis! E que imponha suas resoluções com a  
mobilização nacional de massa (Greve Geral).**

**Para combater o desemprego, o arrocho salarial e as  
reformas antinacionais e antipopulares:**

**Fora com a burocracia sindical traidora que vive de  
conchavos com os patrões e o governo!**

**Luta nacional e independente de massa para derrubar  
o plano neoliberal de FHC!**

**Construir os comandos de luta a partir das assembléias  
e plenárias de base, subordinados a elas e com  
poderes acima das direções corrompidas!**

# Manifestações em todo país rechaçam o massacre de Eldorado

Na Bahia, o presidente da República, em um comício, teve de enfrentar os gritos de protesto dos sem-terra, que o qualificaram de assassino. No Pará, onde ocorreu a chacina, inúmeras manifestações ocorreram, destacando-se a

mobilização estudantil por responsabilizar o governador Almir Gabriel e enfrentar furiosamente a polícia. No Rio-Grande do Sul e Santa Catarina, o MST, engrossado por populares, organizou protestos, em que se bloquearam rodovias. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais os atos públicos se transformaram em passeatas. Em inúmeras universidades, ocorreram atividades de denúncia contra o governo federal e estadual.

Entretanto, todas essas manifestações não se mostraram à altura do acontecimento sangrento e ao seu significado político-social. A classe operária permaneceu à margem da luta, embora a repulsa à repressão aos sem-terra fosse abrangente. Isso se deve ao bloqueio político-organizativo que as direções sindicais vêm impondo ao proletariado. Fato que se evidencia nos grandes centros urbanos.

A CUT e sindicatos não compareceram como instrumentos de organização dos protestos e de defesa da punição dos assassinos através da mobilização de massa. O PT, maior partido reformista, também não tomou a frente das manifestações. Permaneceu na sombra das mobilizações e se projetou apenas no parlamento com denúncias verbais. A Igreja, organizações estudantis e uma parcela da vanguarda militante estiveram à frente. Mas principalmente a Igreja esteve no centro no comando. Isso explica o conteúdo político pacifista predominante.

## Por que não haverá apuração e punição?

O ataque militar e a execução dos sem-terra é um crime de classe. O governo, a Igreja e os próprios opositores reformistas procuraram caracterizar a chacina como excesso e despreparo policial. Ou que a polícia militar do Pará está fora do controle do governador. Ou então que a polícia apenas revidou ao ataque dos sem-terra. Nada disso condiz com a realidade.

A polícia é o braço armado da burguesia em qualquer estado ou lugar. Há tempo é conhecido o fato dos latifundiários comprarem policiais e os colocarem diretamente sob seu comando. Se escapam ao controle do governo, é porque há conveniência para o Estado. O aparato repressivo do Estado só disfarçadamente comparece como neutro e acima das classes. Na verdade, a polícia e o exército são organismos particulares dos capitalistas, voltados a reprimir a revolta dos escravos, principalmente dos operários e camponeses pobres.

É claro que a burguesia, seu governo e os capachos reformistas procuram tirar o caráter de classe da parafernália policial e militar. Quando se mata operários e camponeses, não pode parecer que é a classe capitalista matando escravos do capital. Nem sempre o Estado pode socorrer este ou aquele capitalista

matando. Eis por que se formam forças paramilitares ou então se compram diretamente policiais, como no caso do Pará, que não é exceção.

Apurar o massacre significa chegar até o governo e deste à classe dirigente do país, ou seja, os capitalistas. Está aí por que não haverá verdadeiras punições.

## As manobras políticas

Em seguida à matança de Corumbiara, o governo FHC, os partidos, o parlamento, a Igreja etc, não poderiam se calar ou ficar encolhidos. Afinal de contas, todos eles professam a cartilha dos “direitos humanos”, ditada dos Estados Unidos. Assim, foram uníssomos em dizer que desta vez deve haver punição. O governo federal convocou todas as forças a solucionar o problema, em nome dos pobres do campo.

A Igreja e reformistas disseram ver com bons olhos o reconhecimento do governo, mas que falta-lhe vontade política para resolver a fonte dos males, que é a concentração fundiária. Em resposta, FHC se colocou por agilizar a votação do projeto de rito sumário para as desapropriações de terra e transferir a responsabilidade processual dos crimes da PM para a justiça civil. O segundo lance das manobras políticas foi criar um cargo ministerial para a dita reforma agrária, um Conselho da Terra e determinar novas diretrizes para a política de assentamentos, que inclui a chamada municipalização.

Em troca o presidente da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), d. Lucas, declarou que a posição da Igreja é contrária às ocupações de terra, porque gera violência. Assim, vemos que todo aparato estatal foi mobilizado para obscurecer o acirramento da luta de classes no campo e ocultar a face assassina da burguesia. Governo, Igreja e oposição reformista negociam mudanças no governo, de forma a amortizar o confronto dos camponeses pobres com os latifundiários e com o Estado. É claro que essas manobras também fazem parte da divisão interburguesa. Os representantes dos latifundiários começaram por derrubar no Congresso as pretensões do Executivo.

## Ofensiva do governo para enfraquecer o MST

A novidade da “nova reforma agrária” do governo neoliberal de FHC é a municipalização. Já ganhou apoio do velho caudilho nacionalista Miguel Arraes, que tem em seu estado um forte movimento agrário, historicamente marcado pelas Ligas Camponesas da década de 50. A idéia é dos municípios cadastrarem os sem-terra e, em comum acordo com o governo federal proceder os assentamentos. Esta aí mais um elo das manobras políticas da burguesia para combater as ocupações do MST.

Certamente, o Estado procurará utilizar de toda sua máquina para encabrestar uma fração dos sem-terra, que se oporá ao MST. Ou integrar o próprio MST no projeto estatal de esvaziamento da luta de classes no campo, caracterizada pelas ocupações e confrontos com latifundiários. Ou ainda dividir o MST entre uma fração defensora das ocupações e outra do oficialismo estatal.

Não é por acaso que FHC criou o Conselho da Terra e a ala direitista da Igreja se pronunciou contra as ocupações, seguindo a ordem papal e os interesses dos latifundiários. O perigo está nas ilusões reformistas dos dirigentes máximos do MST, que apregoam a distribuição de terra limitada ao latifúndio improdutivo, que concordam com o método burguês de ricas indenizações aos latifundiários e que sonham solucionar o problema dos sem-terra pela via dos assentamentos mantidos pelo próprio Estado burguês.

Esta posição política e histórica não está de acordo com o método de ocupação e expropriação revolucionário da terra. O

Nacional



que quer dizer que não está em contradição frontal com a linha burguesa de assentamentos, que apenas serve para atrasar a revolução agrária, produto da revolução proletária. É necessário que as bases do MST rechacem tal objetivo do governo.

### **O que a experiência das chacinas nos ensina**

Os reformistas e clericais, que têm os cordões de controle sobre o MST, enfocaram a chacina de Eldorado do ponto de vista dos “direitos humanos” e da “cidadania”. Ou seja, atribuíram um conteúdo puramente democrático-burguês para o crime de classe da burguesia contra os sem-terra.

Esta não é a autêntica lição que os acontecimentos nos trazem. A essência da chacina está em que o Estado e os capitalistas não têm outra via de enfrentar o crescente movimento de ocupação de terra senão através da guerra civil. Mesmo que localizada, a chacina é um embrião de tal guerra. O seu conteúdo é de guerra de classe, ou seja, da burguesia latifundiária contra os camponeses pobres.

Depois da repressão sangüinária vêm as pressões e ações políticas para desarmar o MST. Ocorre que a burguesia tem pouca margem de manobra frente à brutal crise social que abarca o campo e a cidade, proveniente da decomposição do sistema capitalista. Isto significa impossibilidade da classe dominante resolver o conflito no campo pela via de reformas. Ocorre que o problema camponês não se restringe aos milhões de sem-terra, abrange outros milhões de minifundiários, cuja existência continua ameaçada pelo processo de concentração latifundiária, que caracteriza a estrutura econômica do capitalismo semicolonial no Brasil. A via dos explorados só pode ser a do fortalecimento do movimento de massa, de sua unidade e da constituição dos organismos de autodefesa.

Tal unidade quer dizer incorporar na luta pela terra os milhões de minifundiários, na sua grande maioria localizada no Nordeste, e estabelecer vínculos com os trabalhadores da cidade, fundamentalmente o proletariado. É com essa estratégia e tática de classe que os oprimidos enfrentarão as novas tentativas de chacina e avançarão no objetivo de arrancar as terras das mãos dos latifundiários.

### **A importância da defesa dos Tribunais Populares**

Aqueles que, em nome dos direitos humanos, se apóiam no Estado e no governo para apurar os crimes de classe, não fazem senão proteger os verdadeiros responsáveis. Estes pacifistas se ajoelham diante da democracia burguesa, como se esta não fosse instrumento de dominação dos latifundiários sobre os camponeses e do conjunto da burguesia sobre os explorados.

As propostas de levar a investigação da chacina para a ONU, de exortar a justiça e a polícia federal a assumir o caso e reivindicar que o Congresso tome para si a tarefa de apuração são típicas dos reformistas, que vivem das manobras democrático-burguesas e que são servis à denominada ala progressista da burguesia. Neste quadro, se inclui o PT, seus congêneres da Frente Popular e a burocracia sindical.

Opostamente, a política proletária tem por princípio desenvolver a desconfiança das massas no Estado burguês e a oposição revolucionária de classe. Frente a qualquer crime da burguesia, defende que as massas, dirigidas pelo proletariado, tomem em suas próprias mãos a investigação e a punição. Eis por que o Partido Operário Revolucionário levanta a bandeira de constituição de um Tribunal Popular, formado por representantes eleitos pelas bases, sem nenhuma interferência do Estado, dos partidos patronais e de qualquer organismo burguês. Eis também por que dirigimos esta bandeira aos sindicatos, à CUT, ao movimento popular, ao MST e às organizações estudantis. Sem uma resposta organizativa de independência de classe não é possível que as massas oprimidas se confrontem com êxito

contra o Estado repressivo, ou seja, contra a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria nacional explorada.

### **Avançar a luta sob a estratégia do governo operário e camponês**

Os camponeses pobres somente terão acesso à terra e se livrarão do jugo latifundiário se se organizarem em torno da estratégia da conquista do governo operário e camponês. A reforma agrária não será uma bênção do Estado burguês. Será parte de uma transformação mais geral da estrutura econômica, política e social do país. Ao se atingir as relações agrárias de produção baseadas na propriedade capitalista latifundiária da terra, se atinge o domínio geral da burguesia. Está aí a razão porque a liquidação do monopólio latifundiário implica na liquidação do monopólio burguês sobre a indústria, finanças e comércio.

Os reformistas chegam com sua “reforma agrária” até as portas do denominado latifúndio produtivo, ou seja, reclamam de assentamentos apenas numa parcela do monopólio fundiário, denominado de improdutivo. Assim, encaram sua reforma agrária como distribuição de terras pela própria burguesia. Admitem a coexistência dos milhões de agricultores sufocados pelo grande capital com o Estado. O resultado final desta política acaba sendo o de submissão ideológica à burguesia, que quer dizer negação da tarefa democrática de destruir o poder latifundiário e entregar as terras aos camponeses.

O programa estratégico da luta pelo governo operário e camponês, que nada mais é do que a concretização da ditadura do proletariado, se contrapõe historicamente ao domínio burguês-latifundiário e é a condição para o Estado se colocar a serviço das transformações democráticas e socialistas.

Os reformistas que querem solucionar o problema camponês sem destruir o Estado burguês e o capitalismo têm por estratégia um governo democrático e popular, cujo conteúdo de classe é de aliança entre setores da burguesia, do proletariado e dos camponeses. Trata-se de um governo de conciliação de classe. Tal estratégia não só levará ao fracasso a luta pela reforma agrária como acabará fortalecendo a opressão de classe no campo e na cidade. Isto porque conduzirá à derrota os movimentos sociais.

A luta por um governo operário e camponês, saído da ação insurrecional das massas, é um instrumento para derrotar a burguesia por intermédio da revolução social, cujo conteúdo de classe é proletário. Somente a classe operária poderá destruir a opressão de classe, por isso é a classe revolucionária que possibilitará aos camponeses aliados destruir os latifúndios e pôr fim definitivo aos massacres. Sem a aliança operário e camponesa, soldada por um programa de emancipação dos explorados, a tarefa democrática de entrega de terras aos camponeses não poderá ser cumprida.

Nacional



# A quinzena de lutas do movimento operário

## Salários atrasados levam trabalhadores à greve.

Os constantes atrasos no pagamento dos salários, o parcelamento, os calotes no 13º e nas rescisões, o pagamento dos salários com mercadorias são abusos dos capitalistas (proprietários dos meios de produção), que comandam a economia e têm a justiça, os parlamentares sob sua batuta. Enquanto as direções sindicais negociam migalhas, flexibilização no trabalho, os empresários apresentam sua estratégia de maior produtividade sem novas contratações. O governo faz leis contra os sindicatos como a Lei de Greve, não há correção do salário mínimo de acordo com o poder de compra, os alugueis sobem acima da inflação, e há um projeto de lei que prevê pagamento do 13º em parcelas, mensalmente, como antecipação. Os trabalhadores devem responder a estes abusos com a greve geral. A unidade operária é o método de luta dos assalariados por suas reivindicações comuns contra a exploração do trabalho.

## As lutas da quinzena

\* Motoristas da Viação Itapacerica em greve exigindo o pagamento do salário atrasado, registro em carteira (apenas nove motoristas possuem carteira de trabalho assinadas), cumprimento de acordo assinado em fevereiro para redução da jornada de trabalho para 6 horas e 40 minutos, cesta básica, fim do desconto da hora do almoço. Patrão, com medo de perder a concessão da prefeitura, concorda com as reivindicações.

\* Trabalhadores da Proton recebem os salários atrasados após 13 dias de greve. Agora a greve será pelo atraso no depósito do FGTS.

\* Metalúrgicos da

Tectran, de S. José dos Campos, e da Tactil paralisaram atividades pelo atraso do adiantamento de abril. Patrões pagam.

\* Trabalhadores da Fábrica de Filtros Loggan em greve há 7 dias exigem regularização no fornecimento da cesta básica, pagamento de março para setores de chefia e gerência. Em audiência no TRT prevê pagamento da metade dos dias parados.

\* Metalúrgicos da Antenas Santa Rita fazem greve de 2 dias e entram na justiça do trabalho contra o não pagamento da segunda parcela do 13º e vale de abril.

\* Unitel descumprir acordo do TRT. Não pagou os salários atrasados no dia 1º. Operários deflagram greve por tempo indeterminado (no fechamento desta edição, já estavam parados há seis dias).

\* Gráficos da Sarcinelli demitidos entre dezembro e fevereiro não receberam o pagamento das rescisões e ameaçam incendiar a empresa. Patrão apavorado promete pagar. As rescisões devem ser pagas em até 10 dias depois da demissão (artigo 477 da CLT). Qual a punição para o calote dos patrões?

\* Metalúrgica Unideustch, de Osasco demite 50 grevistas. A greve foi deflagrada pelo atraso do salário desde fevereiro e 13º do ano passado.

\* Costureiras da KGL fazem greve e recebem o salário, as férias e o depósito do FGTS que estavam atrasados.

\* Trabalhadores da indústria de óculos United só voltam ao trabalho quando receberem o salário de fevereiro.

\* Padeiros da Pullman retornam ao trabalho e patrão pagará os 2 dias parados. Conquistam 5,74% de reposição da inflação e R\$ 100,00 de PLR referente a 1995.

\* Fiação e Tecelagem Tognato em greve há 4 dias pela participação no lucro (PLR).

\* Operários da Continental Aparelhos de Solda encerram greve de 15 dias por PLR. Patrões não descontarão dias parados.

\* Trabalhadores da Onix em greve reivindicam 8% de reajuste salarial referente ao dissídio coletivo (novembro) que não foi pago, volta do convênio médico e cesta básica. Deve ainda verbas rescisórias aos demitidos em março.

\* Patrões da Alumínio Empress cancelaram há 60 dias a produção, dão calote e fogem. Os metalúrgicos receberam salário de fevereiro e março com panelas. A proposta do sindicato para vender as panelas e garantir dinheiro aos trabalhadores, e entrar com ação trabalhista coletiva contra os patrões é uma atitude contra a defesa dos trabalhadores. O operário vende sua força de trabalho em troca de salário (em dinheiro). Os metalúrgicos devem se apropriar das máquinas e retomar a produção atendendo as entregas que somam R\$ 1 milhão. Esta atitude sim garantiria o dinheiro dos operários. Trabalhadores, a apropriação coletiva dos meios de produção é o caminho para acabar com os atrasos no pagamento, com as jornadas exaustivas de trabalho, com a anarquia da produção.

\* Metalúrgicos da Humaitá e da Frado

acampam na fábrica impedindo que patrões retirem as máquinas. As duas empresas devem salário de março e rescisões dos demitidos em novembro, janeiro e março.

\* Funcionários públicos federais em greve contra a reforma administrativa do governo (demissões e corte de verbas na saúde, educação etc) e por reposição das perdas salariais de 46,19% acumuladas desde janeiro de 95. A imprensa burguesa joga com o sentimentalismo dizendo que aposentados ficaram sem receber, doentes sem atendimento, homologações deixaram de ser feitas. Na verdade, estes fatos ocorrem diariamente, pois sabemos da situação calamitosa dos hospitais, das filas intermináveis nos guichês, da papelada burocrática, exigindo quase sempre idas e vindas dos clientes e pacientes aos postos do INSS, à Justiça do Trabalho etc.

\* Funcionários do Banco Central fazem enterro simbólico do diretor do banco.

\* Eletricitários da Eletrobrás e Light em greve pela reposição da inflação de julho/outubro, quando o governo acabou com IPCR, que corrigia os salários.

\* Telefônicos do estado de S. Paulo fazem greve por participação nos lucros e plano de carreira.

\* Borracheiros da Benflex protestam por uma hora contra a demissão de companheiro, suplente da Cipa.

\* Frentistas do ABC entram em greve por 15% de aumento real, 15% de produtividade, cesta básica e jornada de 40 horas semanais.

\* Metalúrgicos da Mercedes de S. Bernardo protestam contra o abuso nos preços da lanchonete, que foi terceirizada, e não comem o lanche.

\* Trabalhadores da Guger Construções recebem 20% de adicional de insalubridade após 3 dias de greve.

\* Metalúrgicos do Grupo 19-8 (máquinas e eletroeletrônicos), em campanha salarial, fazem acordo em separado. Isso acaba prejudicando a maioria da categoria. Anunciando um aumento nas vendas de 31%, os empresários da indústria eletroeletrônica não reajustam piso da categoria. Os acordos feitos, como por exemplo, na Termomecânica Priez, de Sorocaba, em 4 parcelas (reajuste de 5,74% e 3% de aumento real na data-base abril, em julho 1,05%, em agosto 1% e setembro 1,8% como antecipação salarial (total de 12,35%), na Panex, de São Bernardo (greve de uma semana) e Gevisa de Campinas retornam após conquistar 8% de reajuste. Do total de 80 mil metalúrgicos cerca de 16 receberam entre 8 e 16% de reajuste. Na Navitherm (10%) e Imarc (8,9%) ambas de Salto, Coleman, Semicron, Kipper e Icotel (todas 8% de Sorocaba); Case e Telcon (7,9%). A pauta da FEM-CUT 10% de aumento real, reposição de 5,74% (novembro a março) redução da jornada para 40 horas semanais.

Permanecem paralisados Blastibrás, APV, Panex, Reifenhauer, Makita, Zema, do ABC; Singer e Dako, de Campinas; Conectores e Sistema, de Santos e Sadi, de Araraquara, Papaiz, Kubota.

Nacional



# Divisão interburguesa leva FHC a reforma ministerial.

## Seu objetivo: atacar mais as massas com o plano

A substituição de Dorothea Werneck pelo deputado malufista Francisco Dorneles no Ministério da Indústria e Comércio e a criação de mais ministérios tem por objetivo facilitar a aprovação pelos partidos burgueses das reformas neoliberais no Congresso. FHC negociava há tempos a entrada do PPB no governo. Seu objetivo é garantir os votos malufistas para as reformas da previdência, fiscal e administrativa.

A aprovação das reformas no Congresso tem encontrado suas principais dificuldades na divisão entre os bandos burgueses. Os interesses oligárquicos conflitam no ritmo e alcance das reformas ditadas pelo imperialismo. Cada fração procura se resguardar da quebra geral da economia em favor do capital estrangeiro. Até os partidos da coli-

gação governista dividem-se a cada tópico de votação das reformas entreguistas.

Por isso, FHC manteve o ministério da Agricultura com os latifundiários do PTB, e separou a Reforma Agrária em outro ministério. Vai colocar alguém que sirva de interlocutor entre governo e sem-terras, para continuar com a demagogia dos assentamentos. E criou ainda um Ministério sem função, o de Coordenação Política, entregue ao PMDB dividido.

Todas essas manobras governistas afetam as massas porque significam a disposição de FHC de partir para uma ofensiva que aprove as mudanças fiscal, administrativa e na previdência. Cortes de investimentos públicos, demissões de funcionários e destruição da previdência são as metas do governo.

O bloqueio à ação direta das massas pela burocracia sindical para salvar o plano neoliberal é o fator principal que

permite as frações burguesas negociarem livremente as reformas contra os assalariados. A convocação de assembléias e plenárias de base em todas as categorias, que aprove uma luta nacional de massa para derrubar o plano e elejam comandos de luta subordinados a elas e com poderes acima das direções corrompidas é o caminho para superar a paralisia e o bloqueio imposto pelas direções burocráticas corrompidas e enfrentar a burguesia, seu governo e o imperialismo.

Nacional

## Divisão dos partidos leva Fiesp a agir

A demora na aprovação das reformas neoliberais levou os empresários da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) a discutirem com a Força Sindical de Medeiros e com Paulinho dos Metalúrgicos de São Paulo a possibilidade de uma paralisação nacional conjunta para apressar o Congresso. Chamaram isso de greve geral. Na verdade, se isso acontecesse, seria um locaute patronal, que só serviria aos interesses dos capitalistas. Sabemos que isso não vai acontecer, porque os empresários não estão dispostos a pararem a produção, que lhes permite superexplorar os operários.

Os safados da Força Sindical já embarcaram na proposta patronal e ajudaram a Fiesp a procurar a CUT. Vicentinho afirmou que por enquanto não estava interessado em discutir a greve geral, mas que se dispunha a conversar sobre uma proposta conjunta de política industrial para o país. Nessa hora, Moreira Ferreira, da Fiesp, deve ter pensado num peixe mordendo a isca.

O objetivo dos patrões não é parar

nada. É pressionar os partidos no Congresso para que apressem as votações das reformas neoliberais que lhes permitirão aumentar a exploração sobre os assalariados. Chamaram a vendida Força Sindical e a CUT para arrastarem as centrais sindicais a apoiar a ofensiva neoliberal contra as massas. A conciliação de classes leva à paralisia das organizações sindicais. Assim, os capitalistas podem aprovar suas reformas antinacionais e antipopulares no Congresso sem a resistência popular organizada.

A colaboração de classes desenvolvida pela CUT tem facilitado a ofensiva do governo contra as massas. Não há que discutir nenhuma política industrial conjunta com a Fiesp, que agrupa os exploradores. Trata-se de combatê-los, reivindicando a redução da jornada de trabalho para seis horas sem redução de salários, reposição de todas as perdas e salário mínimo real de 1200 reais. E de colocar a luta pela derrubada do plano antinacional e antipopular de FHC.

Qualquer movimento que queira se opor realmente ao desemprego, ao ar-

rocho salarial, à destruição dos serviços sociais públicos (saúde, educação etc.) e à entrega nacional tem de combater os patrões e o governo. Por isso é preciso rechaçar toda a política colaboracionista e traidora das direções corrompidas. Nada de conchavos com os patrões e o governo! Independência de classe das organizações sindicais e populares! Fora com os traidores que se unem aos patrões para apressar uma reforma contra as massas! Campanha nacional de luta, contra patrões e governo, para derrubar o plano neoliberal!



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

# É preciso quebrar a política salarial de fome e miséria do governo

Nacional

O aumento dos preços dos combustíveis iniciou um processo de aceleração inflacionária. Os primeiros índices de abril mostram inflação em torno de 1,6 a 1,7%. O dólar chegou a subir 6% nos últimos dias do mês, indo a 1,06 reais. A quebra da safra de grãos, em torno de 12% neste ano, elevará os preços do milho, trigo e outros cereais, que também sofrem aumentos de preços com as pressões da queda da produção internacional.

A imprensa já prepara os assalariados para se depararem com preços mais elevados nos mercados. Como o milho subiu, o frango deve subir também, e com ele e com os derivados do trigo, a cesta básica.

Os aumentos de preços recaem sobre os salários congelados e arrojados. A inflação de 2% ou mais ao mês vai corroer os salários e agravar as condições de vida das massas.

A resposta a isso está na defesa da luta pelo salário mínimo real de 1200 reais, reposição de todas as perdas e escala móvel de salários. Cabe à CUT e as organizações sindicais e populares convocarem imediatamente essa luta.



# Aumenta crise das dívidas dos estados e dos bancos

O governador de São Paulo Mario Covas chegou a admitir a possibilidade de fechamento (liquidação) do Banespa. A dívida do banco pulou de 9 para 17 bilhões de reais durante o período de intervenção. O governo federal negociou então um acordo com um desconto da dívida, metade do valor financiado com juros de 6% ao ano e metade a ser paga com patrimônio. O acordo veio para ganhar o apoio de São Paulo para as próximas votações da reforma neoliberal no Congresso.

Os governadores imediatamente reivindicaram vantagens aos seus estados. A desigualdade regional aflorou. Todos passaram a exigir tratamento idêntico ao dado ao Banespa para suas dívidas. Chamou a atenção a reunião de governadores em Brasília, que reivindicou a negociação das dívidas dos estados. Os governadores petistas participaram da reunião e Vitor Buaiz chegou a dizer que se o governo pode dar bilhões aos bancos falidos, porque não aos estados. Mostrou a integração do PT à corrupção burguesa.

O governo chamou os governadores a negociarem as dívidas nos mesmos termos do acordo sobre o Banespa. Em troca, o governo exigia dos governadores empenho na aprovação das reformas neoliberais pelas bancadas de cada estado.

O atraso na luta de conjunto contra o plano dá margem aos conchavos burgueses, que trocam favores e cobram a conta despejando os custos sobre a vida das massas.

A resposta do proletariado só pode ser de estatização de todo o sistema financeiro, nenhuma demissão e apuração de toda fraude. Essa bandeira só tem sentido como parte do programa de destruição do poder capitalista e seu regime econômico apodrecido.

## *Obras Completas de Guillermo Lora*

Já foram publicados os 11 primeiros volumes, sendo que já os temos no Brasil.

A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40.

Adquira com o distribuidor deste jornal.

## *Resoluções Políticas e Organizativas da 2ª Conferência Nacional do POR*

A linha política traçada pelo POR e nossas resoluções organizativas, publicadas para o debate no movimento operário.

Adquira com o distribuidor deste jornal.

Primeiro de Maio, dia mundial dos trabalhadores  
Lutemos por um programa revolucionário de defesa da  
vida dos explorados e de destruição do capitalismo.

Por um salário mínimo de 1200 reais

Reposição de todas as perdas

Escala móvel de reajuste salarial

Fim das demissões e desemprego

Escala móvel de trabalho

Terra aos camponeses pobres

Moradia, educação e saúde para os explorados

Por um ensino enraizado na produção social

Não pagamento da dívida externa

Em defesa do estatismo contra as privatizações

Expropriação revolucionária dos monopólios

Por um governo operário e camponês (ditadura do  
proletariado)

Construir o partido operário revolucionário

Pôr em pé os tribunais populares

Construir a Frente Única Antiimperialista

Viva o 1º de Maio!

Viva a Revolução Proletária!

Viva o Internacionalismo!

# A TÁTICA MARXISTA DE FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA E O REVISIONISMO DA LBI

Uma das maiores dificuldades para superar a crise de direção nos países semicoloniais como o Brasil é a incompreensão por parte das correntes que se dizem marxistas da tática de Frente Única Antiimperialista, definida pelo Quarto Congresso da III Internacional como própria para os países atrasados, nas chamadas "Teses do Oriente".

Tal incompreensão chega ao extremo de revisar o marxismo, tergiversar dados históricos e até jogar lama na obra revolucionária de Lênin e Trotsky. É o que faz a LBI (Liga Bolchevique Internacionalista) e seu par argentino, o PBCI (Partido Bolchevique pela Cuarta Internacional), num misto de ignorância e má fé.

## **Seriam Etapistas Lenin, Trotsky e a III Internacional ?**

A LBI pensa que "não há dúvida que as Teses do Oriente são etapistas, colocam o proletariado a reboque do nacionalismo e foram superadas pelas Tesas da Revolução Permanente de Trotsky", sendo a capitulação do PC chinês ao Kuomintang (1924-1927), orientada por Stalin e Bukharin, um exemplo de "desastre da aplicação prática destas teses na China" (Luta Operária nº 7). A LBI diz não desconhecer que Lênin e Trotsky aprovaram as "Tesas de Oriente" e a tática de Frente Única Antiimperialista e, pronto, não explica mais nada. O PBCI vai mais longe.

Segundo essa corrente, ao avaliar o apoio dado por Lênin a Trotsky às Teses do Oriente, "é indubitável que ambos concebiam a revolução permanente a escala dos países avançados e revoluções coloniais para os países de desenvolvimento burguês atrasado" (Crítica a la Tática del Frente Única Antiimperialista, 1993). Ou seja, para esses elementos, o etapismo stalinista tem suas raízes teóricas não no menchevismo e no reformismo em geral, mas, pasmem, em Lênin e Trotsky! E, pior, Trotsky poderia ser caracterizado como um oportunista ou, no mínimo, como um esquizofrênico, já que em 1905 defenderia a revolução permanente para um país atrasado como a Rússia, em 1922 (Quarto Congresso da III Internacional) teria se tornado um etapista e, finalmente, em 1929 retornaria à defesa das teses da revolução permanente.

No entanto, os Quatro Primeiros Congressos da III Internacional, a trajetória político-teórica de Lênin/Trotsky e a experiência chinesa, fartamente documentadas, provam, cabalmente, o contrário do que dizem esses difamadores ignorantes.

## **A III Internacional e a Revolução nos Países Atrasados**

A III Internacional, nos seus Quatro Primeiros Congressos, não foi etapista, ou seja, jamais defendeu a "revolução democrático-burguesa" stalinista, que resolveria as tarefas de libertação nacional e revolução agrária sob a direção da burguesia nacional dos países atrasados, restando à classe operária e ao campesinato a simples subordinação à direção burguesa. Pelo contrário, desde o seu Segundo Congresso, a III Internacional colocou a necessidade da independência

política do proletariado e o objetivo da República soviética para os países atrasados, isto é, a questão de revolução e ditadura proletárias.

*7º) Nos países oprimidos existiam dois movimentos que, a cada dia, se separam mais: o primeiro é o movimento burguês democrático nacionalista que tem um programa de independência e de ordem burguesa; o outro é aquele dos camponeses e dos operários ignorantes e pobres, por sua emancipação de toda espécie de exploração.*

*O primeiro tenta dirigir ao segundo e nisso tem sucesso em certa medida. Mas a Internacional Comunista e os partidos que a ela pertencem devem combater esta tendência e procurar desenvolver o sentimento de classe independente nas massas operárias das colônias.*

*Uma das maiores tarefas para atingir esse fim é a formação de Partidos Comunistas que organizem os operários e os camponeses e os conduzam à revolução e ao estabelecimento de República soviética" (Teses e Acréscimos sobre as Questões Nacional e Colonial, Segundo Congresso da III Internacional)*

Mas, como combater a tendência do movimento burguês de dirigir as massas exploradas e desenvolver o sentimento de independência política nelas, condição necessária para a revolução a Ditadura proletária (República soviética)?

Eis o que responde o Quarto Congresso da III Internacional, com a tática de frente única antiimperialista. As "Teses Gerais sobre a Questão de Oriente" esclarecem, na linha do Segundo Congresso, que "o regime soviético oferece aos povos atrasados o meio mais fácil para passar de suas condições de existência elementares à alta cultura do comunismo, que está destinado a suplantá-lo na economia mundial o regime capitalista de produção e de distribuição". E, mais, que "as classes dirigentes dos países coloniais e semicoloniais não têm a capacidade nem o desejo de dirigir a luta contra o imperialismo, à medida que esta luta se transforma em um movimento revolucionário de massas, e muito menos a luta pela revolução

Nacional



agrária, devido à "estreita vinculação que existe entre a burguesia nativa e a grande propriedade fundiária feudal e feudal-burguesa". O que está a anos-luz da tese estalinista de que a burguesia nacional teria condições de realizar as tarefas democráticas antiimperialistas e antilatifundiárias.

As "Teses do Oriente" indicam, inclusive, o caráter permanente da revolução nos países atrasados, ao ilustrar que as tarefas objetivas da "revolução colonial" (libertação nacional e revolução agrária) superam o marco da democracia burguesa, isto é, só podem ser realizadas pela ditadura do proletariado. E indicam as tarefas dos comunistas para disputarem a direção das massas com os setores burgueses e pequeno-burgueses que, devido ao caráter embrionário dos PCs, "assumem o papel de pioneiros dos movimentos revolucionários coloniais".

*As tarefas objetivas de revolução colonial superam o marco da democracia burguesa. Portanto, sua vitória decisiva é incompatível com a dominação do imperialismo mundial. No começo, a burguesia e os intelectuais nativos assumem o papel de pioneiros dos movimentos revolucionários coloniais. Mas, desde o momento em que as massas proletárias e camponesas se incorporam a esses movimentos, os elementos da grande burguesia e da burguesia fundiária se apartam, cedendo passo aos interesses sociais dos setores inferiores do povo. Uma larga luta, que durar toda uma época histórica, espera o jovem proletariado das colônias, luta contra a exploração imperialista e contra as classes dominantes autóctones, que aspiram a monopolizar todos os benefícios do desenvolvimento industrial e intelectual e pretendem que as massas permaneçam como antes, em sua situação "pré-histórica".*

*Esta luta pela influência sobre as massas camponesas deve preparar o proletariado nativo para o papel de vanguarda política. Só depois de ser submetido a esse trabalho preparatório e houver atraído os setores sociais adjacentes, o proletariado nativo se encontrar em condições de enfrentar a democracia burguesa oriental, que possui características formalistas ainda mais*

*hipócritas que a burguesia do Ocidente.*

*A negativa dos comunistas das colônias de participar na luta contra a opressão imperialista sob o pretexto da "defesa" exclusiva dos interesses de classe é consequência de um oportunismo da pior espécie que não pode senão desacreditar a revolução proletária no Oriente. Não menos nociva é a tentativa de apartar-se da luta pelos interesses cotidianos e imediatos da classe operária em nome de uma "unificação nacional" ou de uma "paz social" com os democratas burgueses" (Teses Gerais sobre a Questão do Oriente, Quarto Congresso da III Internacional)*

Na frente única antiimperialista, segundo as mesmas teses, o "movimento operário dos países coloniais e semicoloniais deve, antes de tudo, conquistar uma posição de fator revolucionário autônomo", e só fazer "acordos temporários com a democracia burguesa" se for reconhecida a "autonomia" e a "independência política" da classe operária. Ficando a implantação do "programa soviético" determinado pela "correlação de forças existente na atualidade".

Em resumo, nas "Teses do Oriente", não há nada que indique uma política etapista de capitulação ao nacionalismo burguês. O problema é que a LBI/PBCI revisam a marxismo, que diz que "o traço característico do imperialismo consiste em que, como podemos ver, todo o mundo se divide atualmente num grande número de nações oprimidas e num número insignificante de nações opressoras, que dispõem de riquezas colossais e de uma poderosa força militar (Lênin, Relatório da Comissão sobre as Questões Nacional e Colonial). Sendo a tática marxista nos países atrasados (frente única antiimperialista) diferente da tática nos países imperialistas (frente única proletária), embora a estratégia da revolução e ditadura proletárias seja a mesma em nível mundial.

Assim, esses analfabetos, fantasiados de bolcheviques, ao negarem de fato a luta contra a opressão imperialista, que só pode se dar sob a tática de frente única antiimperialista, caem no "oportunismo da pior espécie que não pode senão desacreditar a revolução proletária" nos países atrasados.

Bem, mas isso é típico de pilantras, que não medem esforços para justificar sua malversação do marxismoleninismo-trotskismo, mentindo até sobre a linha fundamental de pensamento de Lênin e Trotsky. O que será alvo de próximo artigo de defesa do marxismo.

## **Adquira os materiais do POR e da Corrente Proletária na Educação:**

*Revista Proletária da Educação – já saiu o número 2, com matérias sobre a reforma de Covas, uma crítica às posições de Paulo Freire e outras.*

*Revista Socialismo Científico – lançada pelo POR como instrumento de defesa e construção do programa revolucionário*

Nacional





# Os Primeiros Trotskistas no Brasil - X

**No Massas nº 105, vimos a divisão formada no seio do estalinismo brasileiro quanto a que candidato às eleições presidenciais de 1937 deveriam apoiar (Armando Sales de Oliveira pela oposição ou o candidato de Getúlio, Zé Américo). Bangú, Secretário Geral do PCB, apoiava o candidato getulista. Quando do golpe estadonovista, Sacchetta (do Comitê Regional de SP) responsabiliza Bangú propondo uma Conferência Extraordinária. Como a ala oficial foi contra a convocação, o CR/SP procurou outros CRs para destituir Bangú e formar um Comitê Central Provisório (CCP). O POL assitiu a luta entre as frações e mostrou que apenas brigavam por aspectos secundários, já que o CCP não se colocava contra a política estalinista. As críticas do POL repercutiram no CCP, e, quando a Internacional Comunista passa a apoiar abertamente a fração oficial, Sacchetta passa a apoiar o trotskismo**

## **O Nascimento do Partido Socialista Revolucionário**

Durante o debate no interior do CCP, Sacchetta foi preso novamente, e na prisão adere à IV Internacional. Rocha Barros também aderiu, e em carta aberta a Battini e Carvalho demonstrou que o reconhecimento de Bangu pela Internacional Comunista se deveu ao fato deste “apoiar a teoria do Cominter (III Internacional) da existência de Imperialismos melhores e piores”, de se prestigiar o imperialismo norte-americano e reconhecer setores progressistas na burguesia nacional. Este documento acabou por aproximar das posições trotskistas vários seguidores de Battini e Carvalho, conquistando assim a maioria do CCP.

Em novembro de 1938, o agora trotskista Comitê Regional-SP do PCB (CCP) lançou as bases para a formação do “Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária” que, continuando a discussão com o Partido Operário

Leninista de Gikovate, fundiram-se em agosto de 1939 no Partido Socialista Revolucionário (PSR, Seção Brasileira da IV Internacional). Sacchetta, solto no final de 1939, assumiu a direção do Partido, enquanto Pedrosa permanecia no exterior, na direção da IV Internacional, com o pseudônimo de Lebrun, já sem ligação com o desenvolvimento do Partido no Brasil.

Com a assinatura do Pacto Germânico-Soviético, no final de agosto de 1939, a militância estalinista ficou desorientada. A direção estalinista contribuiu ao publicar o documento “As Tarefas do PCB Frente a Situação Nacional e Internacional” (novembro de 1939), onde declarava que “a guerra pela aniquilação do Hitlerismo era insensata e mesmo criminosa”, o que levou a militância a lutar a favor dos nazistas e de seus aliados internos, os integralistas. Isto atingiu de tal forma a militância que, segundo uma entrevista de Hilcar Leite, os estalinistas presos em Fernando de Noronha defendiam Hitler tanto como os integralistas. Houve inclusive casos de intelectuais do PCB que passaram a trabalhar para a imprensa de propaganda alemã (o diário “Meio Dia” do Rio de Janeiro), a exemplo de Jorge Amado e Samuel Weiner.

Já o Comitê Central do PSR, recém formado, renovou seu ataque à “Internacional Estalinista”, acusando-a de ser responsável pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, pois deixara livre o caminho para Hitler invadir a Polônia, incentivando os trabalhadores brasileiros a se unirem a seus irmãos proletários de outros países para transformarem a guerra imperialista numa guerra civil revolucionária, para sepultar o capitalismo.

Com as prisões do final dos anos 30 e as confusões feitas pela direção do Partido, o PCB ficou paralisado. Somente em 1941, com a invasão nazista à URSS, os comunistas voltaram a se organizar, iniciando uma campanha de defesa do Regime Soviético e criando a Liga de Defesa Nacional (formada por comunistas, liberais, militares oposicionistas e até mesmo setores do governo Vargas), com o objetivo de “mobilizar em favor

da entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados.”

A reorganização do PCB se deu de forma gradual e descentralizada: na Bahia, foi organizado um Comitê Regional, sob a direção de Jacob Gorender; no Rio de Janeiro, formou-se a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), dirigida por Jaime Grabois e, em São Paulo, constituiu-se o Comitê de Ação, dirigido por Pedro Pomar e João Amazonas. Além dos vários grupos formados no exílio.

Da mesma forma que a questão organizativa, a linha política seguida pelos vários grupos também não era única. Surgiram três posições: 1- Lutar contra o nazi-fascismo ao mesmo tempo que contra o Estado Novo; 2- Lutar contra o nazi-fascismo, anulando tudo que possa incomodar o esforço de guerra, incluindo o fechamento do PCB, posição defendida por Fernando de Lacerda; 3- Lutar contra o nazi-fascismo, adiando a luta contra o Estado Novo para o fim da guerra. Para tentar aparar as arestas destas posições, marcou-se para 1943 a II Conferência Nacional do PCB, a chamada “Conferência da Mantiqueira”. Suas resoluções, na prática, acabaram se transformando



em apoio incondicional a Vargas. Observemos o exemplo da “Unidade Nacional”, esta deveria ser implantada de forma progressiva e pacífica, dentro da ordem e da lei, através de uma ampla aliança da qual participam operários e patrões

progressistas, camponeses e fazendeiros democráticos, intelectuais e militares.

O fim da II Guerra Mundial trouxe a política de coexistência pacífica. Este período tem seu início quando Stalin acaba com a III Internacional em 1943. A necessidade de manter uma aproximação, ou pelo menos a neutralidade dos EUA (potência imperialista que se tornou hegemônica no após guerra), fez com que os burocratas estalinistas consumissem a tarefa de tornar os Partidos Comunistas em simples partidos eleitorais. Trotsky já previ-

ra este posicionamento de Stalin a partir da análise que fez do Sétimo Congresso da IC, em 1935.

Em abril de 1945, sob a pressão dos novos parceiros “democráticos”, dos Aliados e da movimentação das massas pela anistia, Getúlio se viu obrigado a abrir o regime, libertando o restante dos presos políticos, inclusive Prestes. No dia 28 de fevereiro de 45, é assinada a Lei Complementar nº 9 restabelecendo o sufrágio direto para Presidente da República, governadores estaduais, Senado, Câmaras Estaduais e Federal, sendo marcadas as eleições para 2 de dezembro.

Em março, foi legalizado o PCB, que imediatamente divulgou o seu “Programa de União Nacional”, que não passou de uma nova roupagem para a velha tática da Frente Popular. Com esta sua “nova” linha, o PC abandonou qualquer traço esquerdista, até mesmo suas bandeiras antilatifundiárias e antiimperialistas, chegando a negar abertamente a tese marxista da luta de classes. No movimento sindical, criou o Movimento de Unidade dos Trabalhadores (MUT). O aparecimento deste, em abril de 45, marcou a ofensiva do PCB nos

sindicatos, e mostrou na prática a sua disposição de colaborar com os “pelegos” do PTB e a aceitar a estrutura e legislação sindical, apesar de exigir uma maior autonomia dentro dos limites da estrutura, como podemos deduzir da declaração de um dos líderes do MUT: “por uma autonomia cada vez maior do movimento sindical brasileiro, independência que não significa ruptura com o Ministério do Trabalho, mas liberdade efetiva para nossas organizações” (Tribuna Popular, jornal do PCB, 09/08/45). A orientação seguida era a de galgar postos gradativamente no aparelho sindical até ser possível construir, sob seu controle, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Esta linha, que levava à total corrupção político-organizativa, sofreu forte oposição por parte dos trotskistas, que em suas organizações de base propunham a independência do movimento em relação ao Estado.

No próximo número continuaremos com a formação das novas correntes reformistas que surgem após o fim do Estado Novo até a renúncia de Vargas.

*Volta Redonda:*

## **Fora a polícia do sindicato dos trabalhadores e das assembleias**

O Boletim “Luta Metalúrgica” denuncia que a polícia foi chamada a interferir num conflito ocorrido no Sindicato dos Funcionários Públicos do Município de Volta Redonda (SFPMVR). Tudo indica que o chamado foi obra de Artur B. Fernandes, secretário do sindicato, que se encontra em aberta luta contra a ala do presidente do sindicato, Geraldo Ribeiro, eleito recentemente pela chapa “Municipários em Luta”.

Em razão da denúncia, a polícia invadiu a assembleia, com armas em punho, numa clara ameaça à soberania do sindicato.

O Partido Operário Revolucionário se solidariza com a denúncia da “Luta Metalúrgica”.

É necessário que o sindicato convoque uma nova assembleia para formar uma comissão de apuração do ocorrido e que mediante evidências a assembleia expulsa o diretor que delatou à polícia.

Todo e qualquer sindicato deve manter o princípio de jamais recorrer à polícia, ao exército ou a qualquer instituição do Estado burguês. Devido à burocratização dos sindicatos, da corrupção e das disputas de camarilha, tem-se

agravado o gangsterismo sindical e a intervenção policial, o que se choca frontalmente com a independência dos organismos e da democracia sindicais.

Para o Estado burguês e os capitalistas, é fundamental a corrupção nos sindicatos e o gangsterismo. Essa degenerescência desmoraliza os sindicatos como instrumentos de luta das massas e bloqueia o avanço político dos explorados. As direções corrompidas política e economicamente são inimigas da independência dos sindicatos e da democracia proletária e, sem exceção, se ligam aos partidos burgueses e aos órgãos de repressão.

O Partido Operário Revolucionário (POR) atende ao chamado de solidariedade da Tribuna Metalúrgica e se coloca pela campanha de expulsar a burocracia policial e a intervenção da polícia no movimento operário e dos demais trabalhadores. Todo e qualquer órgão de repressão e a Justiça são instrumentos para assegurar a opressão de classe da burguesia sobre a maioria oprimida pelo capitalismo.

O objetivo revolucionário da classe operária é destruir esse sistema de opressão social e nacional, através da revolução e ditadura proletárias. Assim, todos aqueles que se colocam no campo classista devem vigiar e defender acirradamente o princípio de jamais se socorrer da polícia, não importando o fato. Fora a polícia dos sindicatos! Fora a burocracia corrompida e policial! Pela independência e democracia sindicais!

São Paulo, 23 de março de 1996  
Partido Operário Revolucionário



## As massas avançam na situação revolucionária

Na Bolívia se desenvolve uma situação revolucionária. As massas saem às ruas, organizam-se nos piquetes de greve, movem-se em torno da greve de fome dura de centenas de lutadores e caminham para estabelecer o duplo poder através dos “cabildos abertos” (forma de assembléias populares). A resistência dos explorados ao governo do MNR, ao seu plano pró-imperialista e ao conjunto dos lacaios politiquieiros confluem objetivamente para o programa e posições políticas do POR boliviano. As massas, com sua ação instintiva, confirmam a linha revolucionária marxista, incorporada pelo partido trotskista. É necessário que a vanguarda do mundo inteiro e o proletariado internacional apoiem a revolução boliviana, que significa apoiar os esforços do POR em encarnar a direção da maioria oprimida para destruir o poder da burguesia.

### Algumas Considerações sobre a forma de trabalho que deve se realizar no seio das massas

**Unificar os trabalhos de politização e organização com as massas da rua, dos bairros populares, buscando potenciar a luta revolucionária.**

Estamos vivendo um momento político muito importante, determinado pela radicalização das massas, que coloca condições favoráveis para o crescimento de um partido revolucionário como é o POR.

Um dos frequentes defeitos da organização partidária consiste em seu isolamento das massas, que gera uma espécie de repúdio em participar nos pleitos diários dos explorados e oprimidos. Se o partido não atina a sair de seu castelo de cristal não poderá senão que enquistar-se, degenerar-se. Suas células serão mortas, movendo-se dificultosamente entre as quatro paredes de uma casa. Se numa situação política como a atual não encontram a maneira de sair às ruas e fundir-se com as massas, é unicamente porque não querem. Os revolucionários têm a obrigação elementar de estar junto às massas nas mobilizações, nas lutas dos explorados. O que se busca com isto?

Potenciar o partido revolucionário, que está chamado a converter-se no estado maior da massas, com a suficiente capacidade para conduzi-la à vitória. A questão é saber como pode se concretizar este objetivo, que é fundamental para o partido do proletariado e para o próprio processo revolucionário.

Trata-se de unir os trabalhos de politização e de organização com as pessoas da rua, dos bairros populares, com as massas, procurando, simultaneamente potenciar o partido revolucionário e a luta libertadora dos oprimidos e explorados.

Desta maneira poderá se levar o programa

revolucionário, as respostas marxistas aos problemas da maioria nacional, até o seio das massas, a fim de que aquele se converta em força material e possa sepultar a burguesia podre e seu governo.

Somente desta maneira o POR poderá provar que é marxista-leninista-trotskyista e o processo revolucionário se potenciará ao extremo para se encaminhar até a conquista do poder.

**O fundamental consiste em organizar politicamente os lutadores avançados das massas. Somente pode se confiar, em todas as circunstâncias, nos trotskistas**

Sendo no seio das massas que o POR pode se superar, tanto política como organizativamente, tem a obrigação de ratificar sua existência penetrando com firmeza no coração dos explorados e oprimidos. Sua tarefa é a de politizá-los, difundir entre eles o manejo do método do materialismo histórico.

O trabalho de penetrar nas massas corresponde ser realizado pelos militantes organizados nas células partidárias, que através desta atividade demonstram sua capacidade política. Este é o



caminho que deve se recorrer para que o partido se converta em organização das massas, em sua direção política e física.

Esses militantes deverão politizar e organizar os elementos de vanguarda que encontrem no seio das massas. Ao ensinar-lhes a teoria e o programa porista, o que permitirá dar resposta a todos os questionamentos que coloca a mudança na situação política. Desta maneira os militantes já serão dirigentes dos explorados e oprimidos, junto aos quais trabalha politicamente todos os dias.

É certo, que em momentos excepcionais, as massas se identificam com as colocações

poristas, porém a experiência nos ensina que unicamente o trabalho revolucionário pode se apoiar nos militantes trotskystas, isto em todas as situações políticas imagináveis.

**É hora de ganharmos nova militância, fortalecer os quadros e nos encaminharmos a ser direção física das massas**

Unicamente os poristas podem lutar porque, por exemplo, os comitês cívicos sejam influenciados pelos operários, os gremiais, os camponeses, enfim, os explorados. Somente eles poderão extirpar a burocracia das direções sindicais. Estes requisitos se consegue fortalecendo as células, o que implicará arrancar a burguesia e seu governo seus melhores pontos do apoio do momento.

## **NOSSA HOMENAGEM A RODOLFO ROJAS, ESTHER CLAURE, CELIA TICONA E HUGO QUISBERT, A CELIA SUAREZ E ELOY APAZA**

Os componentes da greve de fome do magistério pacenho Rodolfo Rojas e Esther Claure têm cumprido com firmeza e disciplina 29 dias de greve estritamente dura, somente consumindo água. Chegaram com sua coragem à beira da morte. Os informes médicos dizem que estavam passando ao estado de coma.

Uma emocionante assembléia geral de seus companheiros de luta, da Federação dos Professores Urbanos da La Paz determinou arrancar seus abnegados dirigentes das garras da morte. Assim o fizeram saber seus porta-vozes com lágrimas nos olhos.

Em Llallagua, no norte Potosino, outra mulher valorosa, Celia Suáres, heróina de inumeráveis batalhas

sindicais e políticas, ocupa hoje o posto de vanguarda dos piquetes de greve de fome, protagonizando uma greve de fome duríssima.

Para sustentar estas ações heróicas e exemplares, corresponde que os lutadores deste país, os sindicalistas sinceros convertam em realidade indiscutível a paralisação de todo o país (isso é uma verdadeira greve geral) e o bloqueio dos caminhos.

São estas ações exemplares e heróicas que permitem aos os explorados e oprimidos deste país continuar avançando em sua evolução política, que é como dizer, que se aproximam da conquista do poder.

O POR está orgulhoso de que os melhores combatentes dos explorados e oprimidos sejam seus militantes, formados na disciplina de ferro e na alta escola que é seu Partido.

**Participe da campanha financeira em defesa da luta revolucionária da Bolívia**

**Apóie o POR boliviano, para que ele possa dar um desenlace favorável às massas na luta que se está travando**

**Fale com o distribuidor deste jornal**

